AGRONEGÓCIO EM 2023: BOAS PERSPECTIVAS E MUITAS PREOCUPAÇÕES



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

O AGRONEGÓCIO deve exibir uma produção recorde e contribuir significativamente para o crescimento da economia brasileira neste ano. É nesse contexto que precisamos entender o que ele representa para o desenvolvimento do País e exigir políticas consistentes do governo federal.

A expectativa é de que, neste ano, o crescimento do setor agropecuário seja o maior dos últimos anos, com uma expansão de 6,00% a 8,00%. O agronegócio como um todo, depois de recuar 4,22% em 2022, deve voltar a crescer acima de 2,00%. Em meio a esse resultado e ao seu papel no abastecimento nacional, esperamos que a atual administração federal busque pacificar o relacionamento com os produtores rurais.

Mesmo depois de três meses da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da sua equipe ministerial, ações propostas pelo novo governo só aumentam o seu distanciamento do agronegócio.

O presidente já vinculou, de forma genérica e, por isso, irresponsável, o setor ao desmatamento florestal. Mais recentemente, o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), em viagem oficial à China, associou o desmatamento da Amazônia ao agronegócio. Os posicionamentos maculam a imagem do setor, podendo impactar negativamente as exportações e as negociações internacionais em curso.

Quanto à política agrícola, temos observado dificuldades de acesso aos créditos de custeio e de investimento e discussões desanimadoras sobre o próximo Plano Agrícola e Pecuário (PAP) no que tange aos instrumentos de crédito e seguro rurais.

Também nos preocupam propostas como a da reforma tributária, com a criação de uma alíquota única para a produção agropecuária, a tentativa de imposição de limites para a exportação de carnes, setor onde o Brasil é líder mundial, além do fatiamento do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que, agora, não tem mais a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) sob o seu guarda-chuva.

Outra questão que afasta o Governo do agro é a sua convivência com movimentos que vêm intensificando invasões de terra. Em pouco mais de dois meses, o número de invasões em terras produtivas superou os registros dos últimos quatro anos. E, mesmo diante dos acontecimentos, nada de efetivo foi feito pelo Governo para evitar esse crime.

Nas últimas semanas, o presidente vem amenizando o discurso e tem falado em "tratar bem" o setor. Entendemos que, para esse objetivo, o Governo deve encarar o agro como estratégico para o crescimento do País, considerando a sua participação na produção de superávit comercial, no equilíbrio da balança de pagamentos, na geração de empregos no interior, no controle da inflação de alimentos, entre outros.

Para tanto, defender e respeitar os nossos direitos constitucionais é fundamental. A partir disso, deve-se fomentar investimentos em pesquisa agropecuária e modais de transporte, buscar negociações comerciais bilaterais e estimular os instrumentos de crédito e gestão do risco agropecuário. Com segurança no campo, um ambiente mais favorável aos investimentos e políticas consistentes, o Brasil pode beneficiar-se ainda mais do setor que mais vem contribuindo para o seu desenvolvimento social e econômico. ■